

OS DEZ ANOS DA DEFENSORIA PÚBLICA DE SÃO PAULO E OS MOVIMENTOS SOCIAIS

Dez anos após a criação da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, que surgiu de um amplo processo de articulação entre organizações e movimentos sociais de base que lutavam por acesso à justiça, a Ouvidoria-Geral convida todos/as a realizarem um balanço da história da instituição.

Acreditamos que essa é uma tarefa fundamental não apenas para registrar a trajetória percorrida. Mas é, principalmente, um instrumento de avaliação e construção de propostas para pensarmos em como lidar com os desafios encontrados, além de multiplicar e fortalecer as iniciativas que consideramos bem sucedidas nesses últimos dez anos.

A Ouvidoria-Geral, que é o órgão por meio do qual Usuários e não Usuários devem exercer controle sobre a instituição, está muito preocupada ao perceber que, em vários aspectos, as expectativas e esperanças depositadas pela sociedade civil na criação da Defensoria Pública estão hoje abaladas, e que muito do espírito daqueles/as militantes e Defensores/as pioneiros/as tem se perdido no cotidiano do trabalho.

Como consequência desse esvaziamento do debate político, uma parcela significativa da população que acessa ou deveria acessar os serviços prestados pela Defensoria fica desinformada do que acontece dentro dela. Ao mesmo tempo, muitas das iniciativas e das inovações construídas pontualmente pelos/as trabalhadores/as da instituição acabam ficando restritas às suas próprias Unidades ou órgãos. Em um contexto de transformação da sociedade e da instituição, outro problema é a burocratização dos atendimentos e processos internos.

Para além da mudança dos grupos que estão na administração da instituição e dos compromissos que cada um/a dos/as Defensores/as Públicos/as mantém individualmente, observamos com inquietação uma distância cada vez maior entre as decisões da instituição e o controle participativo da sociedade civil. É possível apontar para um processo acelerado de erosão dos mecanismos de participação social sobre as decisões importantes para o futuro da Defensoria Pública. Nesse cenário, quanto mais aumenta a separação entre Defensoria Pública e movimentos sociais, mais a instituição se torna semelhante aos demais órgãos do sistema de justiça, reproduzindo seus traços típicos e se afastando de sua finalidade principal.

É frustrante perceber que, ao cabo dos seus dez primeiros anos de existência, a Defensoria Pública do Estado de São Paulo ainda encontra dificuldades em dialogar diretamente com seus/suas Usuários/as e com os movimentos que os/as representam. Além disso, é muito preocupante que não haja planos claros e sistemáticos para superar esse desafio. Reconhecemos os avanços na atenção dos setores mais marginalizados de nossa sociedade, mas é possível ver que a instituição tem dificuldade para identificar quem é o seu público alvo prioritário e os modos de acessá-lo ativamente. Sentimos falta de um modelo de atendimento que faça sentido para as pessoas individual e coletivamente. Esta é, sem dúvida, uma tarefa enorme e, possivelmente, inédita. Ao mesmo tempo, é a única tarefa capaz de justificar o suor e os sonhos daqueles/as que lutaram pela existência dessa instituição.

Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública de São Paulo

Missão: atuar para que a Defensoria não se afaste de seus princípios e garanta o pleno acesso à justiça, fomentando a participação e o controle social e articulando propostas que promovam a qualidade dos serviços prestados a partir das manifestações de suas Usuárias e seus Usuários e dos Movimentos Populares.